

Artigo – Dossiê *Afrocentricidade, Ancestralidade, Alteridade e suas contribuições para a promoção de pedagogias decoloniais*

A PEDAGOGIA ANCESTRAL DE UMA ASSOCIAÇÃO DE INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

THE ANCESTRAL PEDAGOGY OF AN INDIGENOUS ASSOCIATION IN AN URBAN CONTEXT

LA PEDAGOGÍA ANCESTRAL DE UNA ASOCIACIÓN INDÍGENA EN UN CONTEXTO URBANO

Lyandra Lareza da Silva Matos¹

<https://orcid.org/0000-0002-0852-5579>

<http://lattes.cnpq.br/3661018191743817>

Ivanilde Apoluceno de Oliveira²

<https://orcid.org/0000-0002-3458-584X>

<http://lattes.cnpq.br/6486192420682817>

Karina Borges Cordovil³

<https://orcid.org/0009-0002-1809-0334>

<http://lattes.cnpq.br/5063938834767803>

Shirley Silva do Nascimento⁴

<https://orcid.org/0000-0002-0753-2128>

<http://lattes.cnpq.br/9329789697227901>

RESUMO: Este estudo é um recorte de uma pesquisa de doutorado da Universidade do Estado do Pará, alinhada com o projeto “Bem viver: diversidade sociocultural, saúde e práticas educativas na Amazônia”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UEPA) em parceria com o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG- Amazônia Legal/CAPES). A tese traz provocações acerca da educação produzida pela Associação Multiétnica Wyka Kwara, uma associação/movimento de indígenas em contexto urbano que lutam pelo direito à autoafirmação e buscam o processo de retomada como caminho. Este artigo apresenta como objetivo nuclear enunciar o trabalho pedagógico da Associação Multiétnica Wyka Kwara. O texto tem inspirações a

¹ Docente da Universidade do Estado do Amapá - Brasil. Doutora em Educação. Membro do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire. E-mail: lyandra.matos@ueap.edu.br

² Docente da Universidade do Estado do Pará - Brasil. Doutora em Educação. Coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire. E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br

³ Professora de História no Programa de Formação de Professores da Universidade do Estado do Pará - Brasil. Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia. E-mail: karinapaleografia@gmail.com

⁴ Docente do Instituto Federal do Pará - Brasil. Mestre em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Saberes, Educação, Interculturalidade e Variações Temáticas sobre a Amazônia. E-mail: shirley.nascimento@ifpa.edu.br

partir dos fundamentos da pesquisa participante ao problematizar que para além da importância da imersão na comunidade, assume o compromisso ético ao dispor o estudo a favor do projeto político deste grupo. Os diálogos teórico-metodológicos são representados por: Casé Angatu (2016, 2021); Sônia Guajajara (2017); Ailton Krenak (2022); Daniel Munduruku (2009, 2022); Gesen Baniwa (2023); Nego Bispo (2023) e Tatiane Costa (2018). A pesquisa revela o reconhecimento da ancestralidade como potencialidade formativa/pedagógica a partir das práticas desenvolvidas pelo coletivo Wyka Kwara, as quais colaboram para o exercício de uma educação *outra* a partir da Amazônia. A pedagogia ancestral da associação vem construindo um legado de orientação acerca do entendimento dos processos de invisibilização dos povos originários e investe na aprendizagem sobre a importância de corporificar a luta, unindo forças para avivar as memórias ancestrais.

Palavras-Chave: Educação; indígenas em contexto urbano; ancestralidade; Wyka Kwara.

ABSTRACT: This study is an excerpt from a doctoral research project at the State University of Pará, aligned with the project "Good Living: Sociocultural Diversity, Health and Educational Practices in the Amazon," from the Postgraduate Program in Education (PPGED-UEPA) in partnership with the Postgraduate Development Program (PDPG-Amazonia Legal/CAPES). The thesis raises questions about the education produced by the Wyka Kwara Multiethnic Association, an association/movement of indigenous people in an urban context who fight for the right to self-affirmation and seek the process of land restitution as a path. This article has as a core objective to describe the pedagogical work of the Wyka Kwara Multiethnic Association. The text draws inspiration from the fundamentals of participatory research, problematizing that, beyond the importance of immersion in the community, it assumes an ethical commitment by making the study available to the political project of this group. The theoretical-methodological dialogues are represented by: Casé Angatu (2016, 2021); Sônia Guajajara (2017); Ailton Krenak (2022); Daniel Munduruku (2009, 2022); Gesen Baniwa (2023); Nego Bispo (2023) and Tatiane Costa (2018). The research reveals the recognition of ancestry as a formative/pedagogical potential based on the practices developed by the Wyka Kwara collective, which contribute to the exercise of *other* kind of education from the Amazon. The association's ancestral pedagogy has been building a legacy of guidance regarding the understanding of the processes of invisibility of indigenous peoples and invests in learning about the importance of embodying the struggle, uniting forces to revive ancestral memories.

Keywords: Education; indigenous people in urban contexts; ancestry; Wyka Kwara.

RESUMEN: Este estudio es un extracto de un proyecto de investigación doctoral de la Universidad Estatal de Pará, alineado con el proyecto "Buen Vivir: Diversidad Sociocultural, Salud y Prácticas Educativas en la Amazonía", del Programa de Posgrado en Educación (PPGED-UEPA) en colaboración con el Programa de Desarrollo de Posgrado (PDPG-Amazonia Legal/CAPES). La tesis plantea interrogantes sobre la educación producida por la Asociación Multiétnica Wyka Kwara, una asociación/movimiento de pueblos indígenas en un contexto urbano que lucha por el derecho a la autoafirmación y busca el proceso de recuperación de sus tierras como camino. Este artículo tiene como objetivo describir el trabajo pedagógico de la Asociación Multiétnica Wyka Kwara. El texto se inspira en los principios de la investigación participativa, problematizando que, más allá de la importancia de la educación en la comunidad, asume un compromiso ético al poner a disposición el estudio al proyecto

político de este grupo. Los diálogos teórico-metodológicos están representados por: Casé Angatu (2016, 2021); Sônia Guajajara (2017); Ailton Krenak (2022); Daniel Munduruku (2009, 2022); Gesen Baniwa (2023); Nego Bispo (2023) y Tatiane Costa (2018). La investigación revela el reconocimiento de la ancestralidad como un potencial formativo/pedagógico basado en las prácticas desarrolladas por el colectivo Wyka Kwara, que contribuyen al ejercicio de una *otra* educación desde la Amazonía. La pedagogía ancestral de la asociación ha construido un legado de orientación para la comprensión de los procesos de invisibilización de los pueblos indígenas y se centra en el aprendizaje sobre la importancia de encarnar la lucha, uniendo fuerzas para revivir las memorias ancestrales.

Palabras-Clave: Educación; pueblos indígenas en un contexto urbano; ancestralidad; Wyka Kwara.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Este artigo apresenta os recortes de uma tese de doutorado realizada na Amazônia Paraense, cujo objetivo central correspondia em analisar a dimensão pedagógica do movimento de luta da Associação Multiétnica Wyka Kwara como contributo para os direitos dos indígenas em contexto urbano.

A Wyka Kwara é uma instituição não-governamental cuja finalidade sociopolítica é o acolhimento de indígenas que vivem em centros e periferia urbanas e buscam o autorreconhecimento. O fazer educacional da associação/movimento fomenta uma perspectiva contra hegemônica, emancipatória e que revela *outras* práticas que caracterizam o processo de libertação.

Cabe nessas considerações introdutórias, a justificativa do nome Wyka Kwara, uma nomenclatura que comunica a luta de um coletivo, significando a “Força no Caminhar”, em outras palavras, em seu sentido geral expressa a ideia de continuar resistindo. O termo origina-se do povo Kambeba, sendo proposto por uma das fundadoras da Wyka Kwara, a escritora e ativista indígena Márcia Kambeba.

Consideramos igualmente pertinente, enfatizar que a pesquisa foi constituída em alinhamento com um projeto intitulado “Bem viver: diversidade sociocultural, saúde e práticas educativas na Amazônia”, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UEPA) em parceria com o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG- Amazônia Legal/CAPES).

O projeto supracitado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), iniciou suas atividades em 2020 e está previsto para concluir em dezembro de 2025. A proposta de pesquisa apresenta como finalidade mapear os

impactos da pandemia nas comunidades e povos originários da Amazônia Paraense, no qual Associação Multiétnica Wyka Kwara é uma das parcerias que o projeto incorporou.

A partir das reflexões resultantes da tese de doutoramento e da intencionalidade do artigo, importa ressaltar que a ideia basilar se trata de enunciar a pedagogia desenvolvida pela associação/movimento Wyka Kwara. Contudo, esse debate não poderá ser alijado da problematização dos contornos sociais no que tange a relação urbanização e povos originários, uma vez que se entende o contexto urbano também como local de pertencimento de indígenas.

Embora a tese seja comumente caracterizada como uma produção individual, considera-se que a elaboração nunca ocorre de forma isolada, mas empreendida coletivamente. Assim neste artigo para além da pesquisadora principal, há a contribuição de outras pesquisadoras e especialmente dos/as interlocutores/as que colaboraram na orientação e a partir das narrativas/vivências.

O estudo tem inspirações a partir dos fundamentos da pesquisa participante ao problematizar que para além da importância da imersão na comunidade, assume o compromisso ético de libertação ao dispor o estudo a favor do projeto político deste grupo. Os diálogos teórico-metodológicos são representados por: Casé Angatu (2016, 2021); Sônia Guajajara (2017); Ailton Krenak (2022); Munduruku (2009, 2022); Gesen Baniwa (2023); Nego Bispo (2023) e Costa (2018).

O artigo está organizado em quatro seções: (1) Em “*Primeiras palavras*” apresenta-se uma breve descrição da temática, assim como a justificativa do estudo e a caracterização metodológica; (2) Nesta seção intitulada “*Os Indígenas vieram para a cidade ou a cidade veio para as terras indígenas?*” problematiza-se que as cidades foram construídas sobre territórios ancestrais; (3) Em “*A pedagogia ancestral da Wyka Kwara*” descreve-se uma síntese crítica acerca do fazer pedagógico ancestral da associação/movimento Wyka Kwara alinhado a elementos que representam a luta indígena em solo amazônico e, (4) “*Para não finalizar*” pontua-se alguns resultados e elementos gerais.

OS INDÍGENAS VIERAM PARA A CIDADE OU A CIDADE VEIO PARA AS TERRAS INDÍGENAS?

O título dessa seção corresponde a uma das principais provocações dos debates públicos realizados pela Wyka Kwara, principalmente pelo seu líder: Kwahary Tenetehar. Essa ideia anuncia que, apesar do imaginário social ainda vincular a figura dos povos indígenas restrita

em território de floresta, cabe reafirmar a sua presença – no que hoje se compreende por cidades – antecede os projetos de urbanidade.

Essa compreensão de que os territórios indígenas foram ocupados pela urbanidade é recorrentemente objeto de discussão da Wyka Kwara, sendo de comum acordo entre as pessoas que participam desse coletivo. A seguir algumas narrativas que reafirmam esse entendimento:

A gente sempre esteve na cidade, mas aconteceu um processo de imposição, de uma lógica. E essa lógica é a lógica do sistema capitalista, que matou os rios, destruiu as florestas, destruiu as memórias daqui, destruiu as coletividades, mas a gente sempre teve por aqui. Então, se a gente sempre teve por aqui, esse território é nosso, esse território é nosso! Ele também precisa ser defendido (Aryr Tubinambá, 2024).

O nosso firmar enquanto associação Wyka Kwara, é por conta da condição da organização dos povos que se encontraram, mas a minha militância enquanto movimento Tupinambá em Mairi, é por conta da resistência e da retomada do lugar por Mairi ser um território ancestral, por Mairi ter sido, como é que eu posso te dizer... Ter sido atropelada pela criação de Belém, ter sido aterrada! E por ter o fio de luta daqueles que lutaram e que tombaram... Então, esse sentimento enquanto movimento Tupinambá em Mairi, ele se ergue a partir dessa retomada da luta dos ancestrais desse lugar (Aiyramana Tupinambá, 2024).

A partir dessas narrativas entende-se a importância da reafirmação de que a presença indígena é anterior aos projetos de construção das cidades, cidades essas que foram projetadas sobre territórios ancestrais. Conforme Angatu (2016) para os povos originários esses lugares simbolizam um valor de representação das identidades, de suas (re)existências e de suas memórias ancestrais, portanto, não limitado ao que corresponde como bem material.

Segundo Costa (2018) comumente as discussões sobre indígenas em cidade são compreendidas a partir de uma ótima deturpada, os quais são vistos como “fora do seu lugar originário”, passando adotar uma identidade que anula o seu “modo de ser indígena”.

Esse tipo de pensamento além de racista, reproduz a concepção de que há um modo única de ser indígena, além de reforçar a ideia de reclusão de que devem ocupar exclusivamente terras/reservas indígenas.

Vale salientar que a lógica da urbanidade fomenta desigualdades e processos de exclusão. Com os indígenas, além das exclusões sociais e econômicas, as pluralidades étnicas também são invalidadas, resultando como indicativos que justificam a negação dos seus direitos, pois as políticas públicas concentram-se nas aldeias/comunidades.

Esse rótulo que condiciona os indígenas fora do contexto aldeado são maneiras de definir as identidades étnicas a partir de um padrão, um referencial para determinar o “ser indígena” a

partir de parâmetros colonialistas, uma estratégia que alimenta a exclusão ao negar a esses grupos atendimentos particularizados.

Uma outra estratégia corresponde ao incentivo à polarização entre aldeados e não aldeados, com a intenção de fragilizar os processos de luta, que em sua maioria são comuns. “De um modo geral, os indígenas citadinos são percebidos, pelos indígenas aldeados, como concorrentes na atenção do Estado, da mídia e da opinião pública, o que provoca tensões no seio do movimento indígena mais amplo” (Baniwa, 2023, p. 27).

Nesse sentido, importa considerar esse atravessamento no movimento indígena, pois esse confronto não gera vantagens para nenhum dos lados, revertendo vantagens unicamente para o Estado, ou seja, colabora para assegurar as estratégias do sistema colonialista.

Desse modo, observa-se que essa separação é um elemento que favorece a influência dos paradigmas capitalistas, sendo ainda o processo de autodeclaração e retomada entendidas como dimensões que poderão pôr em risco essa tática.

Tais práticas deixam visíveis as intenções históricas do apagamento dos povos, por meio da tomada dos territórios dos considerados “legítimos” indígenas e, exterminando qualquer tentativa de levante dos que não tem conhecimento sobre suas origens, mas carregam a missão de mater avivada sua ancestralidade.

Guajajara (2017) sustenta como proposição de que embora não tenham conhecimento de sua etnia, é notório uma expressiva manifestação de pessoas que se autodeclaram indígenas, mas devido ausência de comprovação documental de sua origem, o Estado não considera como legítima essa identidade. O que limita a condição do Ser indígena a partir de um único parâmetro.

Essas imposições estatais não só dificultam a legitimidade e legalidade do autorreconhecimento como também aumenta o preconceito e o racismo individual e coletivo contra algumas pessoas indígenas que retomaram suas identidades. Gera barreiras discriminatórias de qualificações de quem pode ou não se declarar indígena (Angatu, 2021, p. 22 e 23).

No entendimento de Angatu (2021) o Estado representado pelas suas diferentes esferas, se recusa a reconhecer aqueles que estão no movimento de retomada da sua ancestralidade. Porém, é substancial considerar que a autodeclaração não se restringe a anuência dos poderes estatais, pois envolve um conjunto de condições que não são expressas por categorizações da razão ocidental, trata-se da relação com a espiritualidade e com a necessidade de manter viva a ancestralidade.

Penso que em se tratando dos Povos Originários o racismo é tão estrutural como o genocídio e etnocídio de indígenas. São partes que constituem um processo de negação de direito entre os quais encontra-se a retomada de indianidade pela autodeclaração indígena (Angatu, 2021, p. 17).

Os indígenas em contexto urbano são concebidos pelos órgãos oficiais como pessoas que não alcançam os parâmetros para serem considerados “verdadeiros indígenas”, pois não pertencem a territórios de aldeamento. Esse tipo de operação viola os princípios básicos da convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), sobre a autoafirmação (Angatu, 2021).

Sobre a questão das tentativas de eliminação das identidades originárias, o líder da Associação Multiétnica Wyka Kwara considera que a ausência de provas da existência de um povo evidencia dessa violação. Segundo Kwarahy Tenetehar: “é a prova, por conta do processo de colonização e apagamento, foi com o propósito de não deixar fundamentos para se levantar ou se apoiar em alguma luta”.

Toda essa configuração que envolve a polarização entre indígenas em comunidades/aldeias e indígenas em contexto urbano, a autodeclaração e a retomada, são objetos de debates da Wyka Kwara que nesse rol de discussões introduz um outro elemento: a lógica urbanocêntrica.

Segundo Bispo (2023) a cidade é um projeto arquitetado que anula a conexão com a natureza, sendo elaborada para pensar exclusivamente a vida humana excluindo outras formas de existência. Esse mecanismo, conforme o estudioso, é denominado de cosmofofia, em outras palavras, caracteriza-se pela cisão com a organicidade.

Na mesma direção Krenak (2022) pontua que essa lógica urbana além de dicotomizar a natureza, imprimiu a ideia de privado em sobreposição ao público, rompendo com as possibilidades de pensar a vida coletivamente. O modo operante das cidades elucida elementos que traduzem os condicionantes capitalistas: individualismo, uma vida acelerada, incessante projeção de futuro, consumismo, acumulação de bens, etc.

A urbanidade indiscutivelmente apresenta uma organização estrategicamente desigual e excludente, em vistas dessas condições criam-se também meios de contraposição a esta lógica, entre os quais os processos de resistência e de ocupação como um direito dos povos originários estarem nos espaços urbanos. A luta da Wyka Kwara simboliza essa demarcação.

Além do engajamento pelos indígenas em centros e periferias urbanas, há também ações políticas reivindicatórias para/com os que estão em contextos de aldeamentos/comunidades

rurais. Isso reafirma projeto social coletivo que a associação vem realizando. A seguir a narrativa de um dos colaboradores da pesquisa que confirma essa questão:

[...] Em todos os espaços onde as pessoas veem indígenas em contexto urbano, é sempre aquele questionamento: “mas você é indígena mesmo?”, “Ah, mas como é esse negócio de indígena em contexto urbano?” Então, quase tudo o que acontece de movimentação já é uma movimentação política, porque já demarca que existem pessoas aqui em Mairi ou em outra cidade que são indígenas e que moram nesse contexto, já marca uma posição ali de que existem essas comunidades que são apagadas, que são colocadas como inexistentes ou extintas muitas vezes. Mas também político no sentido de reivindicação de direitos, apesar de que normalmente a Wyka Kwara não reivindica os mesmos direitos dos indígenas aldeados, justamente para entender as diferenças socioeconômicas e políticas que isso implica, mas tem reivindicações de direitos também políticos. Por exemplo, a construção de uma universidade indígena, a construção de políticas públicas de igualdade racial, não à toa que a Wyka Kwara participou aqui da semana para a criação da Comissão de Direitos Etnico-Racial de Belém, onde tem vinte pessoas da Wyka Kwara institucionalmente já eleitas para estarem ali. Então são políticas de várias formas, político institucional, político simbolicamente nesse sentido de demarcar essas identidades e de reafirmação do compromisso com uma luta, porque a luta indígena não é uma luta só de quem está na aldeia. E também é quase um processo muito educativo, porque só sentindo, só bebendo água... Porque assim, tanto quem é da associação e participa, quanto quem não é da associação consegue ter ali uma nova perspectiva mesmo de mundo quando sai das atividades (Ayry Tupinambá, 2024).

O argumento de Ary Tupinambá reitera o imaginário social de estereotipização e de condicionar os indígenas em territórios de floresta, como se as cidades não fossem lugar dessas pessoas, mas é importante entender que “[...] a cidade é meio/condição/produto da presença indígena e o indígena é produtor da urbanização seja na cidade ou na aldeia” (Costa, 2018, p. 234).

O movimento de reivindicação sociopolítica assumido pela Wyka Kwara sinalizado no relato de Ayry Tupinambá, confirma a conotação pedagógica desse processo de uma educação emancipatória de caminhos participativos, plurais, de fortalecimento das identidades e da força da representação da luta coletiva por direitos. A seguinte seção do artigo abordará especificamente o fazer educativo da associação/movimento Wyka Kwara que desempenha uma prática pedagógica ancestral.

O FAZER PEDAGÓGICO ANCESTRAL DA WYKA KWARA

A educação produzida pela Wyka Kawra é alicerçada por princípios que incorporam caminhos interculturais, decoloniais e contracoloniais, materializados pelo compromisso ético-político diante das pessoas, da sociedade e da natureza nas suas múltiplas expressões.

A pedagogia da associação também demarca a ancestralidade como movimento de afirmação da nossa presença no mundo além de revelar a sua importância como caminho de insurgência que interliga pessoas à sua história, como um elemento de afirmação do passado para orientações do presente e do futuro.

Somos a continuação de um fio que nasceu muito tempo atrás, vindo de outros lugares, iniciado por outras pessoas, completado, remendado, costurado e continuado por nós. De uma forma mais simples, poderíamos dizer que temos uma ancestralidade, um passado, uma tradição que precisa ser continuada, costurada, bricolada todo dia (Munduruku, 2009, p. 16).

Essa ideia se alinha com o que Krenak (2022) interpreta acerca da ancestralidade. De acordo com o ativista indígena, a ancestralidade se apresenta como uma conexão circular que envolve a temporalidade existencial entre passado, presente e futuro. Conhecer e manter avivada as raízes e memórias ancestrais é um exercício pedagógico.

Fazer o resgate da memória ancestral e valorizar cada uma das vozes que a compõem seria o primeiro passo para avançarmos em direção ao que virá. [...] o que nos lança para frente é o passado. O futuro é apenas a especulação nos arranca do agora e nos faz pensar que o que é bom ainda está por vir. Essa é a ilusão gerada pelo sistema, que nos estimula a consumir para enriquecer. [...] o que nos torna felizes enquanto humanos é o hoje, porque ele é o único momento que de fato temos para sorrir, abraçar, cantar, dançar, amar, viver (Munduruku, 2022, p.58).

A atuação da associação/movimento Wyka Kwara realiza esse tipo de prática ao conceber a ancestralidade como princípio educativo, em consonância com o compromisso de defesa da natureza, das culturas, da autoafirmação indígena, do processo de retomada, do Bem Viver para todos e da reivindicação pelo direito de *Ser* indígena independente de território.

A força da representação indígena denota uma forma de educação *outra* que ocorre pela resistência dos povos que carregam a ancestralidade como a energia que move para continuar o enfrentamento pela transformação. Assim se delineiam os propósitos educacionais da Associação Multiétnica Wyka Kwara. Considera-se oportuno trazer os relatos de alguns interlocutores que participaram do estudo.

Na ótica de Karina Tupinambá (2024):

A gente tem um objetivo por ter uma universidade. Eu vou te mandar o link também pra ti participar, tá meio parado porque quem movimentava era eu. Então um dos viés, além da aldeia multétnica, como eu te falei, o sonho da universidade indígena era trazer essas oficinas para essas partilhas na escola da universidade. Uma quebra de paradigma, entendeu? Então uma outra ideia de educação de cotidiano que é baseado na lei 11.645 que é que tem que ser confirmado dentro das escolas sobre a história indígena, nessa cultura indígena, nessa memória entendeu? [...] Eu vejo como os encontros que a gente faz assim de acolhimento virtual e presencial como uma forma de educação de trazer essa ancestralidade de dizer: “não, tu és! Tu não precisa de um papel, é direito nosso.

A análise que se faz da narrativa de Karina Tupinambá diz respeito a garantia de execução da lei federal 11.545/2008 que exige o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira. Essa prerrogativa encontra-se também no Estatuto Wyka Kwara de 2024 no que corresponde as atividades desenvolvidas pela instituição no tocante a assegurar os conteúdos da história e cultura dos povos originários em todo o currículo escolar, como meio de possibilitar o conhecimento sobre as contribuições desses povos na história do Brasil.

Apesar de desempenhar um trabalho pedagógico, sobretudo, para além do ambiente escolar, é possível reconhecer que a Wyka Kwara igualmente se preocupa com a educação nos contextos escolares. Conforme Ayry Tupinambá (2024):

Ela traz principalmente uma educação fora de um contexto escolar, mas faz atividades que em geral são atividades educativas, atividades de formação, de troca de saberes, mas também traz essa educação mais escolar, no sentido de que é muito comum ver atividades da associação nas escolas com os estudantes e tudo o mais, seja na educação popular ou nas escolas tradicionais mesmo. E parte de princípios de demarcar que a colonialidade não acabou com a gente. Então dava para dizer que, não sei se como contracolonial, mas uma educação nesse sentido de denúncia, de que existe um saber que apaga a existência, que apaga a nossa história e a associação faz o processo contrário, no sentido de mostrar que, na verdade, ninguém tá apagando nossa história e que a gente continua aqui. Então é uma educação subversiva nesse sentido. Hoje, temos uma visão política de que essas pessoas estão aqui desde outras histórias vivas e são saberes que são muitas vezes ignorados.

Na visão de Ayry, as diretrizes que a Wyka Kwara exerce nas escolas se apresentam como insurgentes, posto que trazem como proposição a valorização de outras formas de existência e de se fazer educação, uma abordagem que contraria a colonialidade pedagógica que insiste em invisibilizar essas outras compreensões.

Outro importante ponto destacado na narrativa, corresponde ao tipo de prática de conotação subversiva, resistente, orgânica e transformadora que é a educação contracolonial, pois embora ainda se manifestem inúmeras tentativas de silenciamento das histórias originárias, ainda assim os saberes e memórias são preservados e repassados por gerações, isso indiscutivelmente é uma forma de manifestação da ancestralidade que nunca se interrompe.

A contracolônização é compreendida como a luta e resistência dos povos em oposição as ofensivas da colonialidade. É um processo que emerge dos povos da circularidade (começo, meio e começo). “O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender” (Bispo, 2023, p. 58).

Continuando a discussão acerca da perspectiva pedagógica da Wyka Kwara, uma outra interlocutora traz como elemento desse perfil de educação a aprendizagem sobre o processo de retomada a partir de um viés político e, como esta pode ser trabalhando como caminho de reafirmação e enfrentamento:

A Wyka Kwara vai fazer essa função pedagógica, essa função política de ensinar como que é a retomada, porque para além de pertencer a um grupo étnico, essa consciência política do que é indígena ela é o mais importante. Porque se tu é indígena na cidade não importa, tu é indígena do mesmo jeito, desde que tu esteja na cidade. Então a Wyka Kwara ela faz as pessoas... Seja o indígena no contexto humano, seja o da retomada, seja o que está nessa busca. Então eu vejo isso assim, nesse processo de retomada. Por isso que eu enfatizo que a Wyka Kwara é muito importante, porque ela é a única organização política indígena que faz esse papel, que não é um papel fácil de abraçar as pessoas e de encaminhar as pessoas, de ajudar mesmo. De fato, é um processo pedagógico mesmo, muito a discussão interessante, um dos vieses educacionais que a associação promove (Yaci Anembé, 2024).

Essa ideia coaduna com a de Aiyramana Tupinambá (2024), pois o processo de retomada também é atravessado pelo debate sobre a autoafirmação e consequentemente sobre a complexa discussão sobre o antagonismo criado entre indígenas em contextos urbanos e indígenas em aldeamentos/comunidades. A Wyka Kwara tem um importante papel educativo para o despertar da consciência e ruir com as barreiras engendradas pela colonialidade.

Nós poderíamos colocar que nesse processo pedagógico, a grande finalidade é fazer o parente enxergar quais são os caminhos de luta, é porque esses caminhos de luta diferem daquele pensamento que foi colocado lá para o parente aldeado pelo próprio sistema de governo. Porque assim: o parente que está na aldeia, ele não odeia o indígena não aldeado simplesmente porque achou que vai odiar isso ali, não! Ele vai odiar porque alguém disse para ele, alguém iniciou essa conversa dizendo: “olha, abre teu olho, porque aqueles que estão lá na cidade querem tirar o teu direito”. Então, essa política do

fazer a guerra, sempre foi uma política plantada pelo Estado e, não à toa, grande parte da população prefere se autodenominar caboclo do que indígena. E esse caboclo foi inventado pelo Estado, assim como o ribeirinho, assim como outros nomes e assim como a própria denominação de cor de pele. O pardo, o mestiço, são invenções coloniais mesmo. São invenções coloniais que são justamente para fazer com que o indígena não tenha capacidade de se autopertencer. E aí nesse processo pedagógico, quando a Wyka Kwara vem para o movimento de pessoas, ela vem com essa finalidade de mostrar as passagens de 500 anos, de 600 anos, que sumariamente nas suas investidas foram propositais para fazer com que esse indígena odiasse o outro indígena e entrasse em guerra, brigasse e se matasse, para que aqueles indígenas que conseguiram algum direito com a constituição de 1988 não aceitasse que aqueles que foram imolados, que foram expulsos e que fugiram para continuar vivos pudessem voltar.

Entende-se a partir desses relatos que a Wyka Kwara tem como tarefa pedagógica ancestral uma educação emancipatória, intercultural, decolonial e contracolonial que se mobiliza a importância da potencialidade coletiva, pois guetos sociais só servem para o enfraquecimento da luta. Cabe também o protesto para o pagamento da dívida histórica e etnocida, que é uma maneira de manter viva a memória ancestral dos inúmeros povos invisibilizados.

Consideramos oportuno o relato dos cinco colaboradores da pesquisa nesse eixo de discussão que trata da pedagogia desenvolvida pela Wyka Kwara. Assim, a última narrativa é expressa pelo líder da associação, o qual traz como escopo uma educação alicerçada pelos fundamentos da natureza, da cidadania, de uma postura melhor diante da vida:

A gente parte da educação natural, porque a educação natural ela se torna plural porque a gente olha para a mãe natureza como aquela mãe raiz, sabe? Eu te sustento, eu te abrigo, eu te alimento, eu mato a tua sede, eu te dou a sombra, eu te dou remédio, mas se tu faz o que queres – desobediência – vai apanhar quem fez o mal e quem não fez, para ninguém ficar rindo. A gente olha para mãe natureza desse jeito, a gente está vivendo isso. Quem tem culpa apanha e quem não tem culpa também apanha, sabe? Então, essa concepção de educação, a gente vê assim. Hoje a gente sabe, mas antes a gente não sabia, mas a gente questionava. Quando a criança está mamando que ela fica olhando assim para o rosto da mãe e a mãe falando com essa criança, o que que tá acontecendo ali? O que está na cabeça dessa criança? Então, nós entendemos que lá atrás, quando a criança lá no útero, através dos seus órgãos do sentido, começa a ouvir sons fora da barriga é o que nós entendemos que ali começa a universidade, não depois de uma prova de classificação, mas ali começa esse contexto do universo, ou transversal, ou multiverso [...] E agora começa um outro processo de aprendizado, aí que ela vai conhecer pai e aí com o tempo ela vai conhecer chão, e aí ela vai experimentar outro tipo de comida. Tudo isso é aprendizado e isso é o universo. E olha que hoje depois de formado a gente trabalha pelas mesmas coisas: abrigo, família, alimento, pelas mesmas coisas! A gente estuda para ter esse negócio aí. Então esse processo de educação, que a gente vem

apresentando, que na verdade não somos os autores, isso está na natureza toda. [...] Essa criança ela está aprendendo então ela começa a ter outras fontes de conhecimento e é ali que entra o pedagogo, já de uma forma mais intensa porque a gente já tem essas informações antes. A educação começa no momento que essa criança começa a se comunicar de todas as formas e aí a gente identifica quem vai para a área da saúde, quem vai para a área da humana, quem vai para o lado das exatas... E aí pedagogo, psicólogo, assistente social, curandeiro e todo mundo tem que enxergar isso, para as crianças irem crescendo e potencializando esse dom que ela já traz. [...] Só para exemplificar, quanto de química você precisa saber para exercer a sua profissão com perfeição na pedagogia? Pouquíssimo! Esse pouquíssimo era o que você deveria aprender na sua vida e não fazer aquele monte de coisa. A gente estuda muita coisa desnecessária para a nossa vida profissional. [...] É assim parente, essa é a proposta da Wyka Kwara, não é a autora mas é pensante de como seria uma educação mais proveitosa, mais prazerosa e com os resultados maiores. Você poderia saber muito mais de pedagogia do que sabe se desde todos os tempos que você vem trabalhando isso, desde quando foi identificado seu dom, sua preferência e não perder tempo estudando coisas que nunca vai usar. Sim, de fato. Essa é a nossa proposta! Então a perspectiva de educação da Wyka Kwara é uma educação natural. É porque o professor ou a professora ou a que está passando o conhecimento deixa de ser pessoa, quem vai ensinar é a natureza (Kwarahy Tenetehar, 2024).

Essa epistemologia produzida pela Wyka Kwara se relaciona ao que Krenak (2022) entende sobre a insuficiência de pensar uma educação que dialogue com a organicidade da vida. A educação historicamente foi condicionada a formar para produzir e programada para disciplinar corpos para um “ideal” de ser humano que se ajuste a essa lógica.

Para Krenak (2022) a ideia de futuro que projetamos é um mecanismo de subordinação que nos aprisiona à busca insana por uma vida que ideamos. O futuro é uma invenção vendida como parâmetro para um “fim” desejável, em que o passado e o presente são apenas pontes sem relevância. Por outro lado, o(s) pensamento(s) originários não entendem que o passado possa ser descartado e o presente seja superado, pois a sabedoria ancestral nos ensina a circularidade temporal.

Conforme Munduruku (2022) o passado configura-se como um caminho de orientação formativa que nos cabe para exercício no presente, para melhor conduzir o futuro, mas sem aceleramentos e sem romper com o que foi construído por nossos ancestrais que precisam ser lembrados.

Na compreensão de Krenak (2022) a convergência com a ancestralidade é um movimento educativo, pois nos possibilita problematizar os entraves históricos, culturais, sociais e raciais, é igualmente uma maneira de reconhecê-la como importante, embora se projete a ideia de mantê-la no passado, como se a sua relevância não envolvesse a relação com outros tempos e espaços. A ancestralidade precisa ser assumida, pois trata-se da presença viva de nossas raízes.

A partir desse entendimento, podemos afirmar que a Wyka Kwara provoca o movimento radical de conceber a ancestralidade como fundamento de uma educação viva, que provoca o desenvolvimento de mentalidades sensíveis, uma pedagogia que é movida pela coletividade, pelo respeito com as pessoas, com a natureza, com o mundo e que busca sua transformação.

Desse modo, a pedagogia da Associação Multiétnica Wyka Kwara além do movimento de denúncia sobre as investidas da colonização para desnaturalizar os mecanismos de opressão, também incorpora as heranças da ancestralidade e reconhece seu potencial educativo como elemento de transformação que oportuniza mudanças a favor dos grupos oprimidos.

PARA NÃO FINALIZAR

A pedagogia ancestral da associação vem construindo um legado de orientação acerca do entendimento dos processos de invisibilização dos povos originários, além de investir na aprendizagem da importância corporificar a luta, unindo forças para avivar as memórias ancestrais.

A pedagogia ancestral exercida pela Associação Multiétnica Wyka Kwara tem uma tarefa fundamental, pois essas práticas podem contribuir para o movimento de luta dos povos originários na defesa de seus direitos e de sua representatividade, sobretudo, dos indígenas que vivem em centros e periferias urbanas.

O fazer educativo da associação também representa a assunção de um compromisso ético com o processo de retomada, incentivando pessoas a buscar o desvelar de suas histórias originárias, processo este que pode ser um elemento de enfrentamento e validação de ser indígena independente do território que ocupa.

A potência pedagógica igualmente se materializa pelo impulsionamento de uma educação *outra*, principalmente em ambientes não escolares, mas que também promove intervenções nas instituições de educação básica da Amazônia paraense, reivindicando práticas que se adequem a realidade e que proponha discussões sobre temas emergentes

Um outro propósito educativo da Wyka Kwara é promover reflexões sobre o equívoco que separa indígenas em contexto urbano e indígenas em aldeamentos/comunidades, os colocando em uma condição de polarização, o que afeta diretamente a unificação do movimento indígena embora seus objetivos possam ser em partes distintos, mas isso não deve ser compreendido como se estivessem sobrepostos, um ser mais legítimo do que o outro.

Caracteriza-se ainda enquanto prática da pedagogia ancestral a reivindicação da dívida histórica sobre as tentativas de apagamentos de diversos povos originários, os quais foram invisibilizados e considerados inexistentes, resultando na orfandade étnica de inúmeras pessoas, as quais hoje são movidas pelas espiritualidades e ancestralidades para se autodeclararem indígenas e assumir suas identidades originárias.

Esses condicionantes estão interligados com a compreensão sobre a implantação dos projetos de urbanidade que são na realidade territórios indígenas soterrados por cidades, um propósito moderno-colonial que subtraiu inúmeras formas de vida, sejam humanas e não humanas (rios, florestas, animais etc.).

Assim este artigo apresentou como objetivo nuclear enunciar o trabalho pedagógico da Associação Multiétnica Wyka Kwara. Os resultados revelam o reconhecimento da ancestralidade como potencialidade formativa/pedagógica a partir das práticas desenvolvidas pelo coletivo Wyka Kwara, as quais colaboram para o exercício de uma educação *outra* a partir da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ANGATU, Casé (Carlos José F. Santos). "História e culturas indígenas" - alguns desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos falando?. **Revista História & Perspectivas**, [S. l.], v. 28, n. 53, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32772>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ANGATU, Casé (CARLOS JOSÉ F. SANTOS). Tupixuara Moingobé Ñerana:. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 231, p. 13-24, 1 nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60509>. Acesso: 02 dez. 2023.

BANIWA, Gersem. **A presença indígena em contexto urbano**. Presenças indígenas em contextos urbanos: a pandemia de Covid-19 e outras histórias/ Organizador Fábio Araújo; ilustrador Bruno Moraes Mendes. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

BISPO, Antônio dos Santos. **A Terra dá a Terra Quer**. Imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcon Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

COSTA, Tatiane de Cássia Silva. Urbanização e Questão Indígena na Amazônia. In: SULIMAN, Sara da Silva; CENTURIÓN, Sara Concepción Chena (org.). **História indígena e do indigenismo na Amazônia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 233-251. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/bd94640d-dc5e-4116-8154-9611218bef55/content> . Acesso em: 29 nov. 2025.

GUAJAJARA, Sonia. **Coleção Tembetá**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Minha Utopia Selvagem**: um manifesto. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. Ilustração Maurício Negro. 2ª ed. São Paulo: Global, 2009.